

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 9, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ



UFRJ

ie.



Amado Luiz Cervo

Entrevistado por Leandro Freitas Couto | Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília – Unb e Analista de Planejamento e Orçamento

Amado Luiz Cervo é Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Professor do Instituto Rio Branco e Professor Visitante da Universidade de Strasbourg, na França, aonde concluiu doutorado em História (1970). Tem várias publicações na área de relações internacionais e política externa brasileira, entre eles o clássico “História da política exterior do Brasil”, escrito em parceria com Clodoaldo Bueno, atualmente na 3ª edição, e o recente “Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros”, lançado em 2008. Em 2 de junho de 2008, o professor Amado Cervo concedeu esta entrevista à revista Oikos.

OIKOS: Num momento em que o processo de integração da América do Sul parecia estar enfrentando difíceis obstáculos, seja pelas diferenças entre os modelos de desenvolvimento seguido pelos países da região, seja pelos enfrentamentos diretos entre alguns países, a União Sul-americana de Nações, UNASUL, é institucionalizada. Como devemos interpretar esse momento? Há uma inflexão no processo integracionista, que avança apesar da conjuntura atual, ou há um movimento diplomático de não deixar a integração da América do Sul recuar, apesar das circunstâncias, saindo da agenda prioritária da política externa dos países da região?

AMADO CERVO: A institucionalização da integração da América do Sul conta com dois países política e ideologicamente comprometidos com a

mesma: Brasil e Venezuela. Ante a importância dos dois – o Brasil em razão de investimentos e empreendimentos regionais e de sua projeção internacional, a Venezuela em razão de disponibilidade de recursos financeiros – os outros países não abandonam o processo, na expectativa de auferir ganhos internos e em suas políticas exteriores.

O Presidente Lula, após a institucionalização da UNASUL, comentou a expectativa de criação de um Banco Sul-americano e a adoção de moeda única para a região. Como o senhor vê as reais perspectivas para a UNASUL no curto, médio e longo prazo?

Lula como que lavou a alma com a criação da UNASUL, ponto de chegada de sua idéia de América do Sul. O banco sul-americano corresponde a um projeto viável, mesmo a curto prazo, visto já existirem instituições de fomento: regional, o BID; nacionais, como a grande instituição nacional, o BNDES; uma de bloco, a CAM. O Mercosul conta com mecanismos de fomento. Um banco sul-americano poderia articular todas elas e dar alento aos projetos sul-americanos de integração produtiva ou de infra-estrutura. Há recursos, vontade política e boas perspectivas operacionais para o banco. Moeda única, por outro lado, representa um desafio ainda fora do alcance, porque supõe política monetária e financeira comum e nesse terreno os governos não estão preparados para abdicar de sua soberania.

Ainda, no contexto de criação da UNASUL, foi criado um grupo de trabalho para analisar a proposta brasileira de criação de um Conselho de Defesa Sul-americano. Como o senhor avalia a proposta brasileira e as perspectivas para sua implementação, frente à recusa, a princípio, apenas da Colômbia, que mantém uma política de defesa alinhada com os Estados Unidos?

O Conselho de Defesa terá duas funções: definir e coordenar a geopolítica regional, tendo em vista afastar intervenções de potências de fora da área, e encontrar soluções para eventuais contenciosos entre países da região. Suponho que a América do Sul não esteja preparada para essa integração da segurança. Nem a União Europeia está, como mostram as divergências nacionais em torno de seu papel geopolítico no mundo e acerca de ações preventivas da política norte-americana de segurança. A favor da integração da segurança na América do Sul estão os princípios de não intervenção e auto-determinação, uma conquista do direito internacional desses países, e o papel preeminente da diplomacia nessa área, que supre a deficiência estratégica da força militar. Contra ela age a tentação de alianças externas, como entre a Argentina e os Estados Unidos na época de Menem; e a da Colômbia com os Estados Unidos, para fazer face à guerrilha. Mas o maior obstáculo é a ausência, por parte dos governos,

de posições diante de conflitos interestatais ou da insegurança interna, como é o caso das FARC. Em outras palavras, ninguém quer se envolver com os problemas alheios e essa escassez mental dificulta a operacionalização da segurança em âmbito regional.

A despeito da criação da UNASUL, as assimetrias entre os países da região, que impõem ainda grandes obstáculos ao processo integracionista, persistem. Nessa seara, como o senhor avalia os instrumentos existentes para fazer frente a essa questão, como o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), suas possibilidades de ampliação para toda a região e a necessidade de criação de novas ferramentas para combater as desigualdades regionais?

A verdadeira assimetria existe entre uma potência industrial, o Brasil, e países primários ou quase primários. A superação dessa assimetria pode resultar da industrialização da região associada, possivelmente, à diversificação de vocações econômicas. O Brasil não quer bancar estratégias de superação de assimetrias, além de paliativos para efeito político, e os vizinhos receiam seu modelo de confiar aos agentes econômicos nacionais (capitais e empreendimentos) a tarefa de promover o desenvolvimento dos outros. Chamam a isso, como se longe estivessem da interdependência da era da globalização, de imperialismo. Não há outro caminho para tornar a América do Sul uma unidade econômica que passe à margem dos projetos de infraestrutura e da integração produtiva. A criação do Banco do Sul vai nesse sentido, mas a diversidade de modelos de inserção internacional, entre o neoliberal comercialista chileno e o industrial interdependente brasileiro abre enormes distâncias entre os sul-americanos em sua visão de relações econômicas internacionais, conceitos de desenvolvimento e estratégias de integração.

Como o senhor vê o espaço de ação para América do Sul, enquanto sujeito internacional representado pela União Sul-americana de Nações, num cenário internacional no qual ganha peso a questão alimentícia, as pressões ambientais e, portanto, os interesses sobre a Amazônia, os biocombustíveis etc? A tensão global não tende a fragmentar o espaço regional nas suas estratégias de ação no plano internacional?

Se nada além da unificação da voz sul-americana em âmbito global, especialmente nos órgãos multilaterais, produziu a UNASUL, sua criação já estaria plenamente justificada. Agregar essa região à negociação internacional como bloco significa por certo uma conquista para o mundo. Esse novo pólo de poder nasce na região, a influir o cálculo das decisões e o curso das relações internacionais, de modo a lhe dar mais equilíbrio e mais coerência com a realização de interesses de toda a comunidade. A

América do Sul, apesar das especificidades nacionais e dos pruridos da soberania, já manifestou extraordinária capacidade de articulação política como região, agora fará ouvir sua voz de modo reforçado, como bloco. Esse constitui a nosso ver o avanço real do processo de integração. Que talvez produza um retro-efeito positivo: porem-se os países da América do Sul de acordo diante de mecanismos do desenvolvimento, de rumos da integração, das visões de mundo, de seu papel geopolítico global etc.

Como o senhor vê as possibilidade de evolução dos movimentos separatistas bolivianos e as repercussões para o Brasil e para a integração sul-americana?

O separatismo boliviano resulta da inconformidade de elites regionais diante da redistribuição da riqueza para a maioria indígena. O caso representa um ponto de chegada específico de reações diante de movimentos étnicos ou meramente sociais que se organizaram na América do Sul, que incomodam os governos aqui, apropriam-se do Estado acolá, como no caso da Bolívia. Esses movimentos (MST, indígenas, cocaleiros, estudantes, agricultores etc) denotam grau diferenciado de organização e ação, mas aparecem em toda parte. Influem sobre a opinião e as eleições, ajudaram a alijar do poder os dirigentes neoliberais e a colocar as esquerdas em seu lugar, a formular algum projeto social, que todos os governos na América do Sul programam hoje. O movimento separatista da baixada boliviana representa uma reação radical à onda das esquerdas, e se explica em parte pelo radicalismo do projeto social de Evo Morales. O Brasil, como de hábito, não se envolve com o problema, apesar dos prejuízos para suas empresas. Já o processo de integração é afetado negativamente, visto que Morales age contra as tendências da globalização econômica e da integração produtiva.